

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
INSTITUTO DE SAÚDE E SOCIEDADE
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

IAN DE OLIVEIRA RIBEIRO

**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

SANTOS
2022

IAN DE OLIVEIRA RIBEIRO

**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Stella Maris Nicolau

SANTOS

2022

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R484aa Ribeiro , Ian.
Acessibilidade cultural para pessoas com
deficiência: uma revisão de literatura . / Ian
Ribeiro ; Orientadora Stella Nicolau ; Coorientador
. -- Santos, 2022.
24 f. p. ; 30cm

TCC (Graduação - Terapia Ocupacional) -- Instituto
Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São
Paulo, 2022.

1. Acessibilidade cultural . 2. Pessoas com
deficiência . 3. Artistas . 4. Cultura. 5.
Acessibilidade . I. Nicolau , Stella, Orient. II.
Título.

CDD 615.8515

Agradecimentos

Gostaria primeiramente de agradecer a minha família, minha mãe Josimara e meu Pai Victor, que sempre me apoiaram em meus sonhos sem medir esforços, e a minha irmã, por sempre ser uma luz guia pelos caminhos deste mundo.

Também agradeço aos meus amigos que conheci durante o curso e que caminharam junto comigo nesse percurso: Isabele, Millena, Tyfane, Silvana, Cristina e João. Graças a eles, mesmo nos momentos difíceis, ainda era possível encontrar bom humor e força para continuar.

Gostaria também de agradecer a professora Stella, por aceitar me orientar nesta pesquisa e estar sempre disponível para ajudar a solucionar as infinitas dúvidas e incertezas que surgiram ao longo do processo.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os temas emergentes em periódicos nacionais a respeito da acessibilidade cultural da pessoa com deficiência. A metodologia utilizada para a seleção do corpo de pesquisa foi a Revisão Narrativa de Literatura e análise temática de conteúdo . As publicações evidenciam que as políticas públicas e a legislação são parte fundamental da garantia de direito ao acesso à cultura e arte, mas não são suficientes por si só. Outros temas relevantes dentro da literatura se referem à acessibilidade cultural como um campo de conhecimento e produção acadêmica e às tecnologias de acessibilidade como instrumentos de visibilidade às pessoas com deficiência. Destaca-se, por fim, a importância do reconhecimento de pessoas com deficiência como artistas dentro das questões de acessibilidade, uma vez que a maioria dos projetos em acessibilidade ainda as consideram apenas como consumidoras.

Palavras-chave: Cultura; pessoas com deficiência; acessibilidade; artistas.

Abstract: The objective of this research is to present the emergent topics in Brazilian literature about cultural accessibility for people with disabilities. The methodology used for the selection of articles was the Narrative Literature Review and for the analysis, it was used for thematic analysis. The articles evidence of the importance of public politics and laws in cultural and artistic accessibility, but it's not enough on its own. Other relevant topics in the literature are the cultural accessibility as a knowledge and research field and the accessibility technology as a way to engage visibility to people with disabilities. Finally, it highlighted the importance of the disabled person being recognized as an artist within accessibility issues, since most accessibility projects still interpret them only as consumers.

Key-words: Culture; People with disability; accessibility; artist.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Caracterização das Publicações.....	09
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fluxograma da escolha dos artigos.....	08
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 METODOLOGIA.....	08
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
3.1 Políticas Públicas Culturais	12
3.2 Legislação e Normas técnicas em cultura	14
3.3 A Acessibilidade cultural como Campo de Conhecimento	15
3.4 A acessibilidade como instrumento de visibilidade	17
3.5 A Perspectiva do Artista com Deficiência	18
4 CONCLUSÃO	19
5 REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

A cultura pode ser definida como um conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que são transmitidos de geração em geração e cuja função central é garantir um estado de coexistência social. A palavra cultura vem do latim *cultus*, que originalmente atribui-se ao trabalho nos campos, mas pode ser também compreendida como uma sociedade que produz seu sustento e memória. Nas sociedades contemporâneas, densamente urbanizadas, a cultura também representa um status de condição de vida mais humanizada, digna, cujo processo final é almejado por todas as classes (BOSI, 1992).

A arte, por sua vez, é uma das facetas da cultura e tem representado desde a pré-história uma atividade fundamental do ser humano. A palavra arte vem do latim *ars*, que designa articulação, a ação de fazer junções entre as partes de um todo. A arte é um fazer humano, um conjunto de atos pelo qual se transformam os elementos oferecidos pela cultura, podendo se referir às produções e atividades que visam comover os espectadores, mas também aos ofícios do artesanato (BOSI, 1999).

Pensar sobre as dimensões artísticas e culturais deve ser parte do trabalho do terapeuta ocupacional, uma vez que o eixo central de sua atuação são as atividades humanas e que a arte é uma atividade humana fundamental. As atividades humanas estão repletas de significados e a participação das pessoas nos âmbitos culturais e artísticos é indispensável para a construção de um modo de vida significativo, como cita Francisco, 2001:

É necessário que a atividade humana seja entendida como espaço para criar, recriar, reproduzir um mundo humano. Que esta seja repleta de simbolismo, isto é, que a ação não seja meramente um ato biológico, mas um ato cheio de intenções, vontades, desejos e necessidades (FRANCISCO, 2001. p. 17).

A cultura e a arte são direitos dos cidadãos e devem ser acessíveis a todos em igualdade de oportunidade. A acessibilidade é definida pela Lei Brasileira de Inclusão como a possibilidade de utilização, de forma segura e autônoma, dos espaços, equipamentos, serviços, transportes, informação, patrimônios culturais, privados ou públicos de uso coletivo, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Lei Nº 13.146, 2015). No quesito acessibilidade no âmbito cultural, esta referida lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, descreve em seu capítulo IX que:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: a bens culturais em formato acessível; a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivo (BRASIL, Lei Nº 13.146, 2015).

Visto que a cultura e arte são direitos dos cidadãos e que também são temas de importância dentro do trabalho da terapia ocupacional, o objetivo desta pesquisa é entender quais são as temáticas emergentes a respeito da acessibilidade cultural e artística através da análise de publicações de literaturas recentes.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em uma revisão narrativa de literatura (RNL). Segundo Campos e Furtado (2008), a RNL é uma metodologia de pesquisa qualitativa que tem como objetivo evidenciar, organizar e sintetizar os conhecimentos mais recentes sobre determinado assunto. Trata-se de um método flexível, uma vez que permite aos pesquisadores modelar os critérios da pesquisa ao longo do processo de investigação e escrita (CAMPOS & FURTADO. 2008).

A RNL tem como objeto central a análise das narrativas, que são formas de linguagem capazes de expressar a subjetividade e os contextos sócio-políticos daqueles que narram. O papel do pesquisador, ao analisar a narrativa, é também criar uma nova narrativa sem negar a própria subjetividade. Por meio dessa metodologia, o pesquisador é capaz de mediar a teoria e a prática uma vez que a narrativa se dá através do diálogo entre elementos textuais e os conjuntos de características sócio-históricas presentes nos contextos de pesquisa (CAMPOS & FURTADO. 2008).

Buscou-se por meio da RNL, responder à questão central “Quais são as temáticas emergentes na literatura especializada sobre acessibilidade em cultura?”. Para selecionar o corpo de pesquisa, foram acessadas as bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB).

As buscas foram realizadas utilizando os descritores “Cultura” AND “Pessoas com Deficiência” entre agosto e outubro de 2021. Os artigos selecionados para a análise neste estudo atendem aos seguintes critérios de inclusão: Tratar-se de artigo original; ter sido publicado nos últimos dez anos (2011-2021); possuir texto completo gratuito disponível nas

bases de dados; estar em língua portuguesa; que tenham a proposta de pesquisa capaz de auxiliar a resposta da questão central desta pesquisa. Por sua vez, os critérios de exclusão foram: Artigos de revisão, teses e dissertações e artigos que não se enquadram na temática proposta pela pesquisa.

Após esta etapa, foi necessário a leitura dos resumos dos artigos resultantes, uma vez que muitos não condiziam com a questão central da pesquisa. Grande parte dos artigos possuíam temáticas relacionadas à educação e/ou educação inclusiva e não tinham como foco a acessibilidade.

Utilizando os descritores nas bases de dados escolhidas, chegou-se a 207 artigos no total. Selecionando o idioma Português juntamente com o filtro temporal de dez anos, restam 127 artigos. Dos 127 artigos, dois não possuem texto disponível gratuitamente. Para a seguinte seleção, foi feita a leitura dos resumos de 125 artigos e restaram 13 artigos que correspondiam à pergunta central da pesquisa. Abaixo é possível observar na figura 1 o processo de seleção dos artigos:

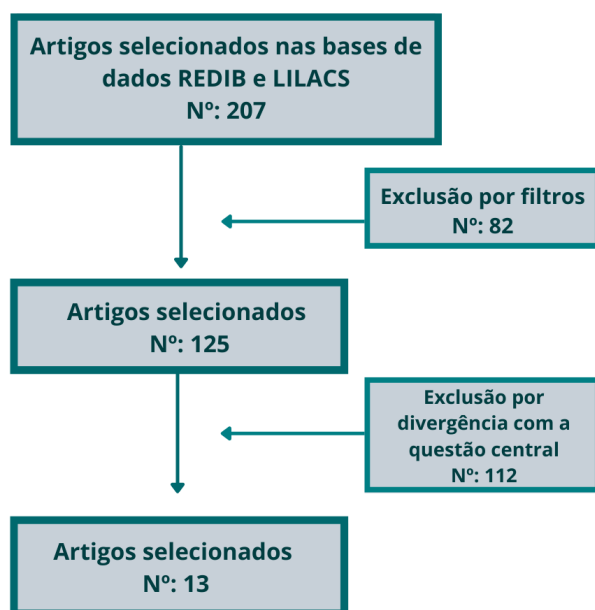


Figura 1. Fluxograma da Escolha dos Artigos.

A metodologia de análise de dados utilizada para essa pesquisa foi a Análise Temática (AT) de Clarke e Braun (2019). A AT é um método de pesquisa qualitativa que tem por finalidade selecionar, codificar e analisar temas que emergem dentro de uma narrativa. Os

temas se referem a núcleos de sentidos que são identificados e estão relacionados com a questão de pesquisa, podendo sugerir uma resposta ou algum padrão significativo para os resultados (SOUZA, 2019).

A AT é realizada em seis etapas, divididas e descritas pelas autoras a fim de facilitar o processo. A primeira etapa é o primeiro contato com os dados e a leitura inicial dos materiais; A segunda etapa se refere a codificação dos primeiros padrões encontrados durante a primeira etapa. Já a terceira etapa surge para unir esses dados e gerar potenciais temas, enquanto a fase quatro é a revisão desses temas encontrados, verificando se eles correspondem com os dados e com a questão central da pesquisa. A quinta etapa é selecionar o nome adequado para os temas enquanto a sexta é, efetivamente, a escrita da análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela abaixo apresenta-se o título, os autores, o ano de publicação e a revista científica em que foram publicados os artigos selecionados nessa revisão narrativa de literatura.

Título	autores	Ano	Revista
Cidadania Cultural, tecnologia assistiva e pessoa com deficiência	Patrícia Silva Dorneles Cláudia Reinoso Araujo de Carvalho Eduardo Cardoso Jefferson Fernandes Alves; Miryam Bonadiu Pelosi.	2020	Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura
Audiodescrição e acesso à cultura audiovisual para o empoderamento de pessoas com deficiência visual	Marisa Ferreira Aderaldo; Élida Gama Chaves	2017	Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade
O curso de pós-graduação em acessibilidade cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas ações de ensino, pesquisa e extensão	Patricia Silva Dornelles; Claudia Reinoso Araújo de Carvalho; Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro.	2017	Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade
A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo	Ingrid Rosa Carvalho; Joyce Klein; Daiane Matheus Pessoa;	2020	Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS

	José Francisco Chicon; Maria das Graças Carvalho Silva de Sá.		
Museu do surf de Cabo Frio – ensinando, aprendendo e disseminando a inclusão através da cultura e do esporte	Maria Cristina Barbosa Mendes; Ruth Maria Mariani Braz; Sérgio Coelho Crespo da Silva Pinto.	2021	Revista Interfaces da Educação
Teatro para quem?! A arte de teatrar para todos - Um estudo sobre acessibilidade cultural em espetáculos teatrais no RS	Izabel Cristina da Silveira.	2016	Revista da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí
Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura	Lucas Graeff; Rosa Maria Castilhos Fernandes; Anajara Carbonell Closs.	2013	Revista SER Social
Meet Up Surdos que Ouvem e Tecnologias Auditivas - Experiências sobre surdez, acessibilidade e inclusão no centro juvenil de ciência e cultura de Salvador.	Edivânia Maria Barros Lima.	2020	Estudos IAT
“O Museu é Seu”: Acesso a Visitação Virtual em Museus de Arte para Todos.	Lucia Reily; Jéssica Kelly Yacabo Carvalho; Agda Brigatto.	2016	Revista De Cultura E Extensão USP
Conversas de aprendizagem em museus de ciências: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia?	Alessandra Fernandes Bizerra; Juliana Bettini Verdiani Cizauskas; Glaucia Colli Inglez; Milene Tino de Franco.	2012	Revista Educação Especial
Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e	Camila Araújo Alves; Marcia Moraes.	2019	Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia.

cuidado.			
Narrativas sobre síndrome de Down no Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência Assim Vivemos	Ana Cristina Bohrer Gilbert.	2017	Revista Interface.
Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura	Luciene Gomes; Maria Luísa Guillaumon Emmel.	2016	Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional.

Por meio da análise dos artigos, nota-se que a grande maioria das autoras são mulheres. As revistas em que estão publicados os artigos são de áreas como terapia ocupacional, psicologia e educação. A grande maioria dos artigos foi publicada após 2016, mesmo que a data da seleção dos materiais abrangesse conteúdos publicados desde 2011, o que parece expressar as reverberações da Lei brasileira de Inclusão promulgada em 2015 e que exige a garantia de acessibilidade nos espaços de arte e cultura.

A partir da análise temática proposta por Clarke e Braun (2019) emergiram os seguintes temas: Políticas Públicas Culturais; Legislação e Normas Técnicas em cultura; A Acessibilidade cultural como Campo de Conhecimento; A acessibilidade como instrumento de visibilidade; A Perspectiva do Artista com Deficiência.

3.1 Políticas Públicas Culturais

O termo política pública se refere a um campo de conhecimento multisetorial. De maneira geral, as políticas públicas são estratégias de governos democráticos para executar ações que sejam de interesse de alguma coletividade, são uma maneira de equacionar os interesses do capital e as demandas por direitos sociais. Vale lembrar que, por ser um campo multi setorial, as políticas públicas são um tema transversal nas várias esferas sociais e econômicas, o que por vezes pode resultar em conflitos de interesses (SOUZA, 2008).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam

responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2008, p.24)

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é uma política pública que foi criada no governo subsequente ao governo FHC. Os programas e ações realizados sob a visão neoliberal desse governo acabaram por atender aos interesses do capital, dificultando a democratização da cultura para as gestões que se seguiram. Foi durante esse período que o Estado se ausentou das questões democráticas da cultura seguindo a racionalidade neoliberal de privatização (GRAEFF et al., 2013, p. 124).

O contexto da construção do PNC se dá a partir de 2002 com a gestão de Gilberto Gil como ministro da cultura. Nesse período, o ministério abriu fóruns de consultas que abrangeram vários segmentos da sociedade brasileira para dar início à formulação do plano nacional de cultura (GRAEFF et al., 2013,).

No projeto do PNC apresentam-se ações e estratégias para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência à cultura propondo programas, tecnologias e recursos de acessibilidade. O plano também prevê a capacitação de agentes culturais, com o intuito de melhor atender a diversidade da população. Outra Projeção do PNC é de aumentar a participação cultural dos brasileiros nos mais diversos âmbitos da cultura, como dança, teatro, circo, literatura, cinema, museus, entre outros (BRASIL, 2011).

O PNC prevê que todos os ambientes culturais brasileiros sejam acessíveis. Porém, mesmo que essa meta seja cumprida, não há perspectivas para que as experiências culturais das pessoas com deficiência sejam efetivamente incorporadas nas ações e projetos culturais. Nesse sentido, ainda não é possível dizer que os direitos estão sendo completamente garantidos, pois a cultura abrange tanto a fruição como a criação de bens culturais e artísticos.

Os artigos relatam que o PNC 2010 não estaria completo, pois não abrange todo o potencial ético da acessibilidade cultural no que se refere à cidadania:

Ao propor diversas estratégias e ações que virão a multiplicar as condições de efetivação dos direitos culturais, o PNC caminha na direção da democratização da cultura. Porém, ao considerar a acessibilidade cultural como um fim em si mesmo, o Plano contribui para manter um velho problema que obstaculiza o pleno reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (GRAEFF et al., 2013, p. 133).

Portanto, ao mesmo tempo que suas propostas caminham na direção da democratização da cultura, prevendo que todos os equipamentos culturais sejam acessíveis, ainda existe uma lacuna a ser superada em relação a apropriação e entendimento de

acessibilidade por parte de gestores, artistas e produtores culturais como um instrumento necessário para a transformação social.

3.2 Legislação e Normas técnicas em cultura

A legislação e as normas técnicas são indispensáveis para a garantia e manutenção dos direitos dos cidadãos. No âmbito da acessibilidade cultural, isso não é diferente. Nota-se a importância da legislação através dos artigos pois, dos treze artigos pesquisados, oito mencionam o tema. Os artigos abordam essa temática em diferentes graus de profundidade e abrangência, tecendo reflexões e críticas em diversos sentidos.

O papel da legislação é fazer com que o estado se responsabilize pela garantia de acesso, em igualdade de condições, aos espaços e produções culturais. As leis mais comentadas foram a lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (BRASIL, lei nº 13.146, 2015) e a Lei 8.313, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (BRASIL, Lei Nº 8.313, 1991), também conhecida como Lei Rouanet.

Em relação às leis de financiamento, Dorneles constrói uma crítica explicando, inicialmente, o contexto político-histórico que surgiu na Lei Rouanet. Durante o início da constituição de 88, começava-se a pensar também sobre as necessidades culturais da sociedade brasileira de forma mais abrangente. Porém se tratava de um período de grande instabilidade política e isso também refletia na instabilidade dentro das pautas culturais (DORNELES et. al. 2020).

A lei Rouanet é criada em uma época onde predomina a lógica privada nas políticas culturais. A crítica feita nos artigos argumenta que não cabe ao ministério ser um doador de verba para uma clientela específica, na expectativa que terceiros tornem a cultura acessível (GRAEFF et al., 2013).

A segunda lei a ser descrita é a Lei brasileira de inclusão. Essa legislação é tida como um dos marcos recentes mais importantes para a acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência. Através dessa lei, é instituído o direito da pessoa com deficiência à cultura, turismo, esporte e lazer, em igualdade de oportunidade com os demais cidadãos. Garante-se também, através dessa lei, que a pessoa com deficiência têm o direito ao acesso a bens culturais, programações, cinema, teatro e outras atividades de cultura e lazer de forma acessível, Torna-se vedada a recusa de oferta de acesso à qualquer bem artístico, cultural ou

desportivo, sob qualquer alegação ou argumento (BRASIL, lei nº 13.146, 2015).

Os artigos também citam com frequência as Normas da ABNT. As normas são manuais técnicos que dão o contorno necessário para que se seja aplicado na prática o que foi previsto por lei. A norma estabelece critérios de acessibilidade e desenho universal para serem aplicados em projetos, construções, mobiliários e ambientes. As normas também contêm informações sobre segurança, rotas de fuga e procedimentos de emergência (ABNT, 2004).

Os manuais técnicos oferecem um guia comum de desenho universal para arquitetos, engenheiros e outros profissionais envolvidos na área. Toda a população, e não apenas as pessoas com deficiência, se beneficiam dos critérios de acessibilidade e adaptação propostos pelas Normas. Por fim, vale ressaltar que as normas técnicas não são sugestões, elas devem ser obrigatoriamente seguidas e são reguladas por meio da legislação.

Apesar da legislação prever o direito ao acesso à cultura pelas pessoas com deficiência, ainda se observa grandes lacunas entre o que está escrito e o que acontece na prática. Como explica Dorneles, existem ainda grandes desafios e para enfrentá-los é necessário que haja o fortalecimento da pauta sobre a acessibilidade em questões culturais para pessoas com deficiência (DORNELES et. al. 2020)

Graeff et. al. comenta que é necessário o aperfeiçoamento das leis e normas, por meio de lutas sociais e do controle democrático do estado. Pessoas com e sem deficiência devem organizar lutas para que cada vez mais as necessidades de acessibilidade sejam consideradas pelo poder público. Gestores, produtores e artistas devem se apropriar das necessidades de acessibilidade no âmbito cultural para que sejam verdadeiramente possíveis a inclusão e a transformação social (GRAEFF et al., 2013).

Por fim, ressalta-se que os artigos não negam a importância dos manuais técnicos e das legislações na garantia de direitos, mas nos convidam a discutir questões que vão para além desses âmbitos, considerando que além da acessibilidade física é necessário superar barreiras atitudinais.

3.3 A acessibilidade cultural como Campo de Conhecimento

A universidade é um local onde diversas manifestações artísticas e culturais se convergem e, dessa forma, se tornam espaços de reflexão sobre a diversidade e sobre as variadas formas de experienciar a vida (FRANÇA et. al. apud DORNELLES et. al. 2020). A acessibilidade cultural, nesse contexto, encontra visibilidade para suas discussões dentro

desses espaços, como Dorneles explica:

Como parte importante do esforço intersetorial da pauta da promoção da acessibilidade cultural encontra-se a universidade, que pode mobilizar todo ciclo dinâmico da cultura, dada sua complexidade. A universidade, no âmbito da cultura, pode atuar na: criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação (DORNELES et. al. 2020 pag.101).

A universidade é uma grande ferramenta para a promoção da acessibilidade cultural pois é nos ambientes universitários que se concentra grande parte da produção de conhecimento. Porém, mesmo com o grande potencial da academia em contribuir para as questões de acessibilidade, esse potencial ainda não está sendo aproveitado ao máximo. Isso se deve a sua falta de reconhecimento da área e a desarticulação entre as instituições. Pensando nesse espaço universitário como propício para reflexão sobre a diversidade, foi construída uma rede de articulação entre a “UFRJ”, a “UFRGS” e a “UFRN” a respeito da temática acessibilidade cultural. O interesse dessa rede é promover ações e discussões que possibilitem que a acessibilidade cultural se torne um campo de conhecimento acadêmico (DORNELES et. al. 2020).

A UFRJ teve o pioneirismo nesse processo com a implantação de um curso de pós-graduação em acessibilidade cultural. A proposta do projeto é buscar soluções que garantam uma cultura democrática e inclusiva, além de uma educação e formação profissional que contemplem essas áreas. A pós-graduação em acessibilidade cultural contribui para a formação continuada de profissionais de diversas áreas, mas também contribui para a formação de redes e de mobilização política e cultural.

Para além da pós graduação, a vivência da graduação por meio das extensões é muito positiva para a formação profissional dos graduandos. A especialização e os programas de extensão em acessibilidade também contribuem para que a instituição se torne mais acessível, uma vez que ela cede espaço para questionamentos (DORNELES et. al. 2017).

A interdisciplinaridade que existe dentro da universidade também é uma grande ferramenta para que a acessibilidade cultural seja discutida e articulada por vários campos de conhecimento, ganhando ainda mais reconhecimento e potência (DORNELES et. al. 2020).

A acessibilidade cultural é um campo que atualmente tem a maioria de suas tecnologias sob domínio de iniciativas privadas. As ações privadas de acessibilidade geralmente focam em situações e necessidades específicas, o que também não contribui para a diversidade e também, de certa forma, é necessário dispor de recursos financeiros para garantir acessibilidade ao serviço. Nesse sentido, a universidade pública pode ser um aliado

importante para aproximar a acessibilidade cultural no âmbito público.

3.4 A acessibilidade como instrumento de visibilidade

Os recursos de acessibilidade proporcionam novas experiências para os espectadores que não estão habituados com as vivências das pessoas com deficiência. A experiência multissensorial pode gerar visibilidade para a importância da acessibilidade e aproximar os espectadores das lutas políticas das pessoas com deficiências. Porém, é necessário que haja essa interação em conjunto, pessoas com e sem deficiência, dentro dos espaços, serviços, imobiliários que estão adaptados ou inadequados (DORNELES et. al. 2020).

Sob esse ponto de vista, para além de responder às exigências legais, políticas e normativas, a adequação e adaptação dos espaços e equipamentos culturais têm um potencial sensibilizador; enquanto que pisos táteis, informações em braile ou cromo diferenciadas, rampas, barras de segurança, tecnologias assistivas e sinalização de fatores de impedância surgem como elementos novos para que muitos frequentadores, gestores e produtores culturais podem pensá-los como semióforos de diferenças e, conforme o caso, como intervenções pedagógicas, artísticas e políticas (GRAEFF et al., 2013, p. 132).

Graeff explica que os pisos táteis, as informações em braile, rampas e outras tecnologias são novidades para parte dos frequentadores. Como os autores sugerem, essas tecnologias podem ser entendidas como semióforos de diferença e também como possíveis intervenções pedagógicas, artísticas e culturais. Esses semióforos podem ser disparadores de discussões e reflexões que contribuem para fomentar a acessibilidade universal (GRAEFF et al., 2013).

Gilbert (2017) também aponta que a estética e a cultura podem ser utilizadas como enfrentamento aos conceitos vigentes de belo e adequado. A cultura e arte produzida através de questões dentro da vivência da pessoa com deficiência, portanto, têm a função, para além da representação estética, de entrar em atrito com modos de organização social que não permitem a presença e a participação de pessoas com deficiência

Alves e Morais (2017) sugerem a mediação como uma forma de promover a acessibilidade estética e cultural. A mediação seria entendida como o encontro entre pessoas, repertórios, conteúdos. As mediações nos sentidos artísticos teriam a função de gerar uma experiência em conjunto das obras e projetos culturais. Assume-se que as obras não têm sentido em si, mas seus sentidos e símbolos se formam a partir da experimentação dos

visitantes e das trocas que ocorrem entre os mesmos. Assim, pode-se entender que as ferramentas de acessibilidade podem ser um meio de gerar engajamento nas discussões sobre deficiência e acessibilidade cultural.

3.5 A Perspectiva do Artista com Deficiência

A acessibilidade cultural deve permear a produção cultural, além da fruição cultural e artística. Porém, ainda pouco se fala do artista deficiente na literatura. Primeiramente é importante esclarecer que as produções artísticas das pessoas com deficiência não necessariamente dizem respeito à deficiência. Esclarecido isso, entende-se que a arte tem potencial de ressignificar experiências e criar novas interpretações da realidade: Postular o acesso universal a espaços e equipamentos culturais é apenas um meio para ampliar as condições efetivas pelas quais sujeitos históricos se projetam e se reconhecem em suas “culturas” (GRAEFF et al., 2013).

Para que os programas e projetos culturais sejam acessíveis, deve-se pensar uma forma com que as questões subjetivas e sociais da produção artística e cultural das pessoas com deficiência permeiem todo o projeto (GRAEFF et al., 2013).

A exemplo de experiências culturais produzidas por pessoas com deficiência, Gilbert discorre sobre oficinas de cinema cujo propósito é representar, dentro da sétima arte, pessoas com deficiência que são protagonistas de seus projetos artísticos. Também se reflete no artigo que a plateia heterogênea, consumindo a arte realizada por pessoas com deficiência é importante para a visibilidade das mesmas (GILBERT, 2017).

Mendes comenta sobre a importância dos museus em representar figuras importantes em diversas áreas culturais e esportistas, que podem se tornar inspirações para as pessoas com deficiência que se sentem representadas por essas pessoas (MENDES et. al. 2021). Carvalho et al (2020) discorre sobre as possibilidades da linguagem alternativa e de como a arte, música e cultura podem ser maneiras eficientes de comunicação para pessoas com deficiências intelectuais e, sugere também, que a cultura pode ser uma ferramenta de protesto

Por fim, afirma-se que a arte e as manifestações culturais podem cumprir um propósito de refletir e recriar a realidade, exercendo um papel político de engajamento popular para questões de enfrentamento de estereótipos e preconceitos (GILBERT, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à cultura é um direito de todo cidadão independente de qualquer condição. A arte e a cultura devem estar ao alcance de todos e para isso são necessárias adaptações para que se tornem acessíveis, e isso está previsto em Lei em nosso país.

Os artigos analisados citam o Plano Nacional de Cultura como uma importante política para a acessibilidade cultural, porém, mesmo que o plano preveja que todos os ambientes culturais sejam acessíveis arquitetonicamente, ainda existem lacunas em relação à apropriação da acessibilidade, como instrumento de inclusão e transformação social, por parte de produtores e gestores culturais e artistas.

Os artigos citam também a Lei Brasileira de Inclusão, que discorre sobre os direitos de acesso ao lazer, esporte, cultura e arte. Apesar de ser um grande avanço, ainda se observa grande disparidade entre o que está previsto e o que ocorre na prática.

Outro tópico relevante dentro da literatura se refere à acessibilidade cultural como um campo de conhecimento e produção acadêmica. A universidade pública, nesse sentido, pode contribuir para que as questões de acessibilidade cultural transitem não apenas nos meios privados, mas também se aproximem dos meios públicos através de extensões, pós-graduações, congressos, entre outros. Outra temática elencada diz respeito às tecnologias de acessibilidade que podem ser interpretadas como instrumentos para visibilizar questões relativas à luta política das pessoas com deficiência. Nesse sentido, as tecnologias se tornam intervenções, disparadores de debates e curiosidade, tendo uma função similar à das próprias exposições artísticas e culturais.

Por fim, destaca-se a importância de o artista com deficiência ser primeiramente reconhecido como artista, entendendo que sua arte não necessariamente trata unicamente da deficiência em si. A arte pode ser utilizada pela população com deficiência como um meio de ressignificar modos de vida, como ferramenta de comunicação e como uma forma de enfrentar preconceitos e estereótipos sociais.

5. REFERÊNCIAS

ADERALDO, Marisa Ferreira, CHAVES, Élide Gama. Audiodescrição e acesso à cultura audiovisual para o empoderamento de pessoas com deficiência visual. **FAEEBA. Educação e Contemporaneidade**. Salvador, V. 26 N. 50, p. 119-134. set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/268>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e cuidado. **Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro** v. 19 n. 2 p. 484-502. 2019. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44287> Acesso em: 15 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050 : **acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível Em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/si-tes/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_image_ns--filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2014.

BIZERRA, Alessandra Fernandes. INGLEZ, Glauca Colli. FRANCO, Milene Tino de. Conversas de aprendizagem em museus de ciência: Como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia? **Rev. Educ. Espec.** Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 57-74. 2012. Disponível em: . Acesso em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> 15 abr. 2022.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 20 Abr.2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. **Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. **Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CARVALHO, Ingrid Rosa; KLEIN, Joyce; PESSOA, Daiane Matheus; CHICON, José Francisco; SILVA DE SÁ, Maria das Graças Carvalho. A linguagem como instrumento de inclusão social: Uma experiência de ensino de hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. **Movimento**. Porto Alegre, v. 26, p. e 26033, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/91403>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DORNELES, Patricia Silva. CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de; CARDOSO, Eduardo; ALVES, Jefferson Fernandes. PELOSI, Miryam Bonadiu. Cidadania Cultural, tecnologia assistiva e pessoa com deficiência. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura**, Niterói, v. 10, n. 19, p.91-117, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v10i19.42436>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DORNELES, Patricia Silva, CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de, CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira de. O curso de pós-graduação em acessibilidade cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas ações de ensino, pesquisa e extensão. **FAEEBA. Educação e Contemporaneidade**. Salvador, V. 26 N. 50, p. 119-134. set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/268>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FRANCISCO, Berenice Rosa. **Terapia Ocupacional**. 4. ed. Campinas. Papyrus, 2001. 95 p.

GILBERT, Ana Cristina Bohrer. Narrativas sobre síndrome de Down no festival internacional de filmes sobre deficiência Assim Vivemos. **Interface**. Botucatu, v. 21, p. 111-121, 2017.

Disponível em:
<https://interface.org.br/narrativas-sobre-sindrome-de-down-no-festival-internacional-d-e-filmes-sobre-deficiencia-assim-vivemos/> Acesso em: 15 abr. 2022.

GOMES, Luciene; EMMEL, Maria Luísa Guillaumon. Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 519–530, 2016. Disponível em:
<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1409>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GRAEFF, Lucas; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; CLOSS, Anajara Carbonell. Acessibilidade em ambientes culturais: Explorando o potencial cidadão do plano nacional de cultura. **SER Social**. Brasília, v. 15, n. 32, p. 117-140, 2013. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13037. Acesso em: 15 abr. 2022.

LIMA, Edivania Maria Barros. Meet Up Surdos que Ouvem e Tecnologias Auditivas - Experiências sobre surdez, acessibilidade e inclusão no centro juvenil de ciência e cultura de Salvador. **Estudos IAT**, Salvador, v.5, n.3, p. 139-156, out., 2020. Disponível em:
<http://estudiosiat.sec.ba.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MENDES, Maria Cristina Barbosa; BRAZ, Ruth Maria Mariani; CRESPO DA SILVA PINTO, Sérgio Coelho. Museu do surf de Cabo Frio. Ensinando, aprendendo e disseminando a inclusão através da cultura e do esporte. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v.12, n.34, p. 512-531, 2021. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4667>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ONOCKO CAMPOS, Rosana Teresa e FURTADO, Juarez Pereira. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista de Saúde Pública [online]**. 2008, v. 42, n. 6, pg.1090-1096, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008005000052>. Acesso em: 10 abr. 2022.

REILY, Lucia; KELLY, Jéssica; CARVALHO, Yacabo; BRIGATTO, Agda. “O Museu é Seu”: Acesso a Visitação Virtual em Museus de Arte para Todos. **Revista de Cultura e Extensão USP**, [S. l.], v. 16, p. 53-68, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/130896> . Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVEIRA, Izabel Cristina da. Teatro para quem?! A arte de Teatrar para todos: Um estudo sobre acessibilidade cultural em espetáculos teatrais no RS. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, v. 32, p. 142-162, 2016. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/428>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 31 maio. 2022.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p.51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nr m=iso. Acesso em: 10 abr. 2022.